

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

para casamentos, baptiza casamentos, bapti para casamentos, baptiza casamentos, bapti
santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E
nua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua
mida Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante
te e do excellent chocolate e do excellent chocolate e do excellent chocolate
hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em
S, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos
milla Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Cia
J. Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691
ha de docemente de 2 anos, docemente de 2 anos, docemente de 2 anos, docemente de 2
Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem Casa de primeira ordem
especialidades em doces, especialidades em doces, especialidades em doces
para casamentos, bapti para casamentos, bapti para casamentos, bapti
santos e banquetes, E santos e banquetes, E santos e banquetes, E
nua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua de positaria da abnua
mida Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante Guarana Espumante
te e do excellent chocolate e do excellent chocolate e do excellent chocolate
hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em hab Lacta, fabricados em
S, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. Zos
milla Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Companhia Loureiro & Cia
J. Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691 Conditaria Brasil 691





**Obra publicada pela
Universidade Federal de Pelotas**

Reitor: Prof. Antonio Cesar G. Borges
Vice-Reitor: Prof. Telmo Pagana
Xavier

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Vitor Hugo Borba Manzke

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Eliana Póvoas Brito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Manoel de Souza Maia

Pró-Reitor Administrativo: Francisco Carlos Gomes Luzzardi

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Élio Paulo Zonta

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Volmar Geraldo da Silva Nunes

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antonio Jorge Amaral Bezerra

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

Prof. Dra. Isabel Porto Nogueira

Prof. Dr. José Justino Faleiros

Profa. Lígia Antunes Leivas

Profa. Dra. Neusa Mariza Leite Rodrigues Felix

Prof. Dr. Renato Luiz Mello Varoto

Prof. Ms. Valter Eliogabalos Azambuja

Prof. Dr. Volmar Geraldo Nunes

Prof. Dr. Wilson Marcelino Miranda

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH:

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Técnicos Administrativos:

- Paulo Luiz Crizel Koschier

- Ivoni Fuentes Motta

HISTÓRIA EM REVISTA

Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temistocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Editora:

Profª. Dra. Lorena Almeida Gill

Editoração e Capa:

Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2008

ISSN – 1516-2095

Tiragem: 300 exemplares

Dados de catalogação na fonte:

Ayde Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.14, (dez. 2008). – Pelotas: Editora da UFPel, 2008.
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

IMAGEM DA CAPA: Praça Coronel Pedro Osório (Pelotas/RS), do livro "Rio Grande do Sul: Imagens da Terra Gaúcha", de Morency do Couto e Silva, 1942 (Acervo da Biblioteca de Ciências Sociais da UFPel).

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 – 5523 (r. 204)

Fone/Fax: (53) 3278-6765

<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>

e-mail: ndh@ufpel.edu.br

IMAGINAÇÃO NO PODER: UMA HISTÓRIA POLÍTICA DO ESTADO DE RORAIMA.

Imagination in The Power: A Political History of the State of Roraima.

Victor Hugo Veppo Burgardt¹

Resumo: Trata o presente ensaio sobre as peculiaridades do trabalho desenvolvido pelo poder do Estado de Roraima no sentido de manter a sociedade sob seu controle, num contexto onde os interesses que se colocam sob o manto da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol são diversos e, nem sempre as ações políticas governamentais demonstram serem eficazes no exercício de tal controle. Os apelos midiáticos, portanto, se constituem no principal instrumento a serviço do Estado, ocasião em que a articulação de estratégias discursivas e o domínio do imaginário social sustentam as ações políticas e fortalecem os grupos que, de certa forma, dominam o aparelho estatal.

Palavras-chave: Estado, política, imaginário, índios, controle social.

Introdução

O que ora apresento neste ensaio se trata de uma revisão do artigo publicado em 2003 no periódico "INESC em Revista", intitulado *Estado, política e sociedade: imaginação no poder em Roraima*, artigo este escrito à luz de minha pesquisa de doutorado, à época em estágio inicial, não prevendo, portanto, o rumo que os acontecimentos iriam tomar no extremo norte do Brasil. Retomo, portanto, a abordagem sobre as ações políticas do Estado em Roraima, tendo no referido artigo a espinha dorsal deste texto que ora me propus a escrever e que se destina aos estudiosos de todas as áreas das ciências humanas e sociais, especialmente às áreas de História Política e História Cultural.

O Estado de Roraima, como sujeito do *bem comum* e assujeitado pelas elites locais, tem na mídia um eficiente instrumento utilizado na articulação de um imaginário rico, onde não faltam meios de divulgação de idéias-forças, oriundas de uma ideologia, que deve ser difundida e defendida, onde, a argumentação tem sido forte, constante e suficientemente convincente para a

¹ Historiador, professor de Ciência Política e Teoria Geral do Estado nos Cursos de Direito do Instituto de Ensino Superior Cenecista (INESC-Unai) e na Faculdade Alvorada de Brasília. - E-mail: burgardt.vhv@gmail.com

maior parte da população roraimense, fruto de um trabalho imaginado e bem arquitetado pelas elites rurais e urbanas.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, retomada recentemente a fim de atualizar dados, o que se explica pela consulta a documentos divulgados posteriormente à defesa de minha tese, sem no entanto desviar-me do eixo central do tema, propondo, nesta ocasião, um estudo de caso sobre um contexto em que a problemática é a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no nordeste de Roraima, onde as etnias *makuxi*, *taurepang*, *ingarikó*, *patamona* e *wapixana* lutam pela reconquista das terras que tradicionalmente ocupam, desde tempos imemoriais, das quais, ao longo do processo de colonização do país, foram sendo expulsas. Tal região, chamada *lavrado*², em Roraima, “só pode ser analisada historicamente se considerada em conjunto com os territórios que hoje fazem parte da Venezuela (médio Orinoco) e da Guiana ex-Inglesa (limites com Brasil e Venezuela)” (DIOCESE DE RORAIMA, 1989, p. 5).

Considerando-se que existem diversos grupos de interesses envolvidos no processo em questão, todos se valendo dos mais diversos atos retóricos, optei pela apresentação de um caso específico, ou seja, *as representações emanadas dos meios jornalísticos*. Com relação ao cenário escolhido, a opção por Roraima prende-se ao fato de ser área onde desenvolvi pesquisas e para onde os olhares do Estado brasileiro tendem a ser direcionados, ou por interesses econômicos ou por questões políticas, afinal, “a sociedade política de maior importância, por sua capacidade de influir e condicionar, bem como por sua amplitude, é o Estado” (DALLARI, 2007, p. 49).

Com uma área de 225.116,1 quilômetros quadrados, Roraima é o Estado mais setentrional do Brasil e “apresenta-se em forma de uma cunha entre Guiana (a leste e norte) e a Venezuela (a norte e oeste). Tem 964 quilômetros de fronteira com a Guiana e 958 quilômetros com a Venezuela. Está localizado na direção norte/sul em 6°43’19” e na direção leste/oeste em 5°41’00” ” (FREITAS, 2001, p. 11). Trata-se aqui de uma sociedade notadamente nova, onde “as marcas deixadas pelas décadas em que Roraima foi Território Federal, caracterizam certas peculiaridades culturais, sociedade esta ainda em fase de mudança, onde a questão da nacionalidade ainda é muito forte e atua como eficiente ingrediente retórico, inibidor de mudanças sociais relevantes” (BURGARDT, 2003, p. 94).

Não pretendo enveredar por maiores verticalizações sobre a questão indígena nem sobre a questão fundiária do Estado. Apenas proponho uma

² O mesmo que *cerrado* ou *savana*.

reflexão, ainda que breve, sobre a forma como o Estado, através de alguns mecanismos, utiliza-se (ou é utilizado) das (ou pelas) imagens, no intuito de fortalecer-se em uma situação que não lhe é totalmente favorável. Refiro-me a utilização política do imaginário, este aqui considerado um dos três grandes pilares que alicerçam as representações sociais. Não tenho a pretensão de discorrer sobre as várias questões que são levantadas ao se perscrutar sobre o imaginário, cujo complexo teórico é muito vasto, mas, chamar a atenção para as unificantes idéias-forças que, no contexto de Roraima, fazem parte da estrutura simbólica utilizada pelo poder no intuito de manter a sociedade sob seu controle. “Não podemos compreender uma sociedade sem um fator unificante, que fornece um conteúdo significado e o entrelace com as estruturas simbólicas” (CASTORIADIS, 1982, p. 192).

Convido, portanto, o leitor a dialogar comigo nos parágrafos que se seguem.

Desenvolvimento

O estudo do Estado e da política, em geral, tem aumentado em grau de importância nos meios acadêmicos, especialmente quando as ciências sociais e humanas reforçam os laços do processo interdisciplinar onde a grande questão já não é mais a definição de fronteiras entre elas, mas a escolha dos métodos que devem ser utilizados na busca do conhecimento.

Os juristas do século XVI, procurando uma nova razão de Estado, preocupando-se com uma nova mentalidade de governo, a *governamentalidade*, ou seja, uma nova arte de governar, explicada com muita propriedade por Foucault (1993, passim) não tinham, talvez, a idéia do horizonte que abriam à prática da política, tampouco a idéia do quanto a política iria tornar-se importante no domínio do Estado e as formas de domínio que seriam utilizadas para o exercício do controle social.

Este controle, sobre o qual teço as devidas considerações no presente ensaio, como um dos aspectos da *governamentalidade*, abrange diversos níveis. Utilizo-me, como já expressei, de um exemplo, onde uma realidade social com características próprias e certas especificidades, algumas diferentes do conjunto da nação, requer ações firmes por parte da sociedade política, considerando o papel que esta tem representado ao longo do processo de desenvolvimento (ou colonização), ações estas, até se poderia dizer, carregadas de imaginação.

Esta imaginação tem sido a principal arma das elites locais, das quais o Estado roraimense é o maior e mais competente representante, no

fortalecimento do domínio exercido por setores importantes da sociedade, afinal, atua o Estado “na ambiência coletiva, quando necessário, com a máxima imperatividade e firmeza, formando aquele vasto círculo de segurança e ação no qual se movem outros círculos menores dele dependentes ou a ele acomodados, que são os grupos e indivíduos, cuja existência ganha ali certeza e personificação jurídica” (BONAVIDES, 2000, p. 108).

Backzo recorda-me das inscrições nas paredes de Paris, nos idos de 1968: “imaginação no poder” (1985, p. 297), o que me leva a propor uma reflexão sobre a forma como esta imaginação tem sido utilizada pelo poder em Roraima, para evitar a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, impedindo que os índios das citadas etnias, re-conquistem suas terras, o que causaria, segundo o discurso emitido pelas elites, um problema fundiário sem precedentes naquela Unidade da Federação, onde já existem outras terras indígenas demarcadas. Neste contexto, o trabalho da mídia é um exemplo de como tem sido a orquestração de um imaginário riquíssimo, trabalhado com inteligência pelas elites e sustentado ideologicamente pelo próprio Estado, este como sujeito e assujeitado por aqueles, neste processo constante e até agora, de certa forma, eficaz.

Ao procurar compreender a utilização da mídia no contexto em que proponho esta abordagem, realizo, no diálogo com referenciais teóricos de várias áreas das humanidades, os quais têm apresentado trabalhos relevantes referentes ao imaginário, um grande exercício interdisciplinar. Questões políticas nem sempre estarão propensas a serem respondidas e embasadas em referenciais da Ciência Política ou da Teoria do Estado, razão pela qual se busca respostas no diálogo com referenciais de áreas correlatas. “O reexame da teoria da ciência pelas escolas neo-idealistas da Alemanha (...), tem capital importância para aclarar as dificuldades metodológicas, quase intransponíveis, com que se defronta toda a ciência social, sobretudo, no caso vertente, a Ciência Política” (BONAVIDES, 2000, p. 37).

Conforme veremos adiante, a exclusão do índio é perceptível nos diversos domínios do imaginário social de Roraima. Tal processo se desenvolve até mesmo no discurso da promoção do índio. O que altera é o instrumento utilizado. “O discurso fundador pode ser observado em materiais discursivos de diferentes naturezas e dimensão: enunciados, mitos, lendas, ordens de discurso, mecanismos de funcionamento discursivo, etc” (ORLANDI, 1993, p. 23).

Com referência ao imaginário, “não se trata aqui de uma emersão da sensação, nem do pensamento, muito menos do irracional, mas, do motor da criação humana social-histórica, porque a realidade social é o mundo dessa

criação humana que se dá através da práxis” (CAVALCANTE, 2000, p. 87). Observando-se a sociedade roraimense pode-se perceber não só a presença de um simbólico, mas a apropriação deste pelo poder local, a fim de efetivar o controle da sociedade. Algumas sinalizações que peculiarizam o sentimento do povo roraimense, colocam à mostra fragmentos deste imaginário politicamente trabalhado pelas elites dominantes, lentamente inculcado nas mentes individuais do habitante de Roraima, não querendo dizer que apenas este é vítima desta articulação, porém, é parte de um sistema organizado em âmbito continental, ou seja, todo o indivíduo faz parte deste processo invisível, imperceptível a olho nu, porém, presente na percepção coletiva, na forma como ocorre socialmente, através de representações, nas práticas sociais. “O imaginário é a faculdade originária de por ou dar-se sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que não são dadas na percepção ou nunca foram” (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

Este trabalho silencioso articulado pelas elites tem suas raízes bem mais profundas. Não poucas vezes a mídia se refere à necessidade de ocupação das *últimas fronteiras agrícolas*. Não é a cana-de-açúcar que hoje determina esta ocupação, nem a criação do gado, como fora no século XVIII e que tantas marcas deixou na região, mas, desta vez a soja, o arroz, o milho, etc, tudo acarretando uma produção em grandes extensões de terras conseguidas junto ao governo em áreas pertencentes à União, a baixos preços, com a facilidade dos incentivos fiscais, visando o comércio com as regiões caribenhas e os próprios mercados da Europa e da Ásia. Trata-se de uma ocupação de terras desordenada, indevida, irracional e predatória, porém, inteligentemente arquitetada pelas elites, visando interromper as demarcações de terras para os povos indígenas, como ocorreu com as grandes plantações de arroz irrigado na Raposa Serra do Sol que, se por um lado colocou o Estado entre os maiores produtores de grãos do país, por outro acarretou um dos maiores óbices ao processo de demarcação da Terra Indígena, sem contar os gravíssimos problemas ambientais decorrentes de tal processo.³

Todo este trabalho político articulado na mídia torna-se uma eficiente estratégia, pois, não trabalha apenas o imaginário do indivíduo. Este, por si, não é o responsável pela prática do imaginário, mas, assume tal responsabilidade como agente social do coletivo. É, portanto, “um aspecto da vida social, do coletivo, da atividade global dos agentes sociais” (BACKZO, 1985, p. 309). Na articulação de todo o sistema simbólico utilizado nas representações, as quais as ações políticas costumeiramente se apropriam, os

³ Conforme minhas próprias observações pessoais, quando lá estive. Residi dois anos em Boa Vista e fiz minha pesquisa de campo, por ocasião do curso de doutorado em Roraima e no Estado Bolívar (Venezuela).

vetores “religião” e “ideologia” têm tido grande importância, o que me leva a dar a palavra uma vez mais a Backzo, quando o estudioso afirma que “todas as épocas têm suas modalidades especiais de imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar” (id. *ibid.*).

Antes da década de 70 (século XX) “havia a propalada harmonia entre índios e fazendeiros” (PABLO SÉRGIO, 1999, p. 02). Este é apenas um dos fragmentos discursivos onde o jornalista tece várias críticas à forma como a sociedade local foi absorvendo certa visão de mundo. Tal pressuposto reproduz a idéia que até então não havia preocupações com relação à terra em Roraima. Era um território com grandes espaços vazios e até a Igreja não questionava os poderes, não lutava por terras para os índios. Sabe-se, no entanto, analisando-se outros referenciais, que antes da chegada dos missionários da Consolata, alguns conflitos ocorreram entre famílias tradicionais que viviam no vale do rio Branco e padres beneditinos, pelo fato destes, ao final da década de 40 do século XX, nem sempre manterem uma atitude passiva com relação aos desmandos do poder. Em várias ocasiões a instituição eclesiástica, na pessoa de seus missionários, demonstrou não estar plenamente de acordo com a situação sócio-política reinante.

Com a chegada dos beneditinos, em 1909, criou-se um novo pólo de conflito. Os Padres não se entenderam com os políticos e, particularmente, com a família Brasil. Em 1910, o conflito acirrou-se, ocorrendo disparos de tiros contra a casa dos Padres e alguns deles foram até espancados (DIOCESE DE RORAIMA, 1989, p. 31).

O mundo, portanto, parecia não olhar para a Amazônia. Tem-se a idéia que os fazendeiros, na maioria em paz com a Igreja (entenda-se a Católica Romana), podiam ocupar as melhores terras e os garimpeiros explorar o ouro e as pedras preciosas em qualquer parte do território. Tinham até mão-de-obra barata (nesta região, os índios substituíram os negros no penoso trabalho). Ao tempo em que garimpeiros utilizaram o índio para procurarem as melhores reservas e separar, com árduo trabalho, o ouro da terra, os fazendeiros se utilizaram do autóctone para buscarem e tratarem o gado que se espalhou pelo *lavrado* do antigo Território Federal, desde os tempos em que Manoel da Gama Lobo d'Almada introduzira as primeiras cabeças de gado no vale do rio Branco. “Desde o começo, a ideologia utilizada pelos invasores era simples: ‘as terras são de ninguém e, por isso, ocupáveis’, os índios, no começo, eram só um atrapalho. Em seguida, tornaram-se mão-de-obra barata, a serviço dos fazendeiros” (DIOCESE DE RORAIMA, 1990, p. 7).

Até meados da década de 70 do século XX, havia um jargão popular em Roraima, com grande carga de representação: “quem tem gado tem terra”. Ora, esta máxima, muito bem inculcada no imaginário roraimense,

devidamente articulada pelas elites políticas ligadas ao latifúndio, serviu para os fazendeiros justificarem a invasão e conseqüente apropriação das melhores terras existentes na região, desconsiderando, inclusive, o direito dos índios, habitantes tradicionais de Roraima. Com suas terras invadidas, estes, cada vez mais foram sendo expulsos e direcionados para a região da serra, nas fronteiras com a Venezuela e com a Guiana, onde a terra é caracteristicamente pouco produtiva.

Eram, portanto, conforme a sociedade roraimense se acostumou a ouvir e difundir, outros tempos e o povo roraimense, em número reduzido (não havia ocorrido ainda o *boom* do garimpo), em sua grande maioria índio ou descendente de índio (razão pela qual até hoje, ou por preconceito ou pela origem é chamado de *makuxi*), vivia quieto, acumulando toda a carga ideológica que lhe foi sendo imaginariamente transmitida, através de representações cujos métodos e instrumentos foram se sofisticando cada vez mais à medida que a mídia proporcionava instrumentos mais eficazes. Esta transmissão teve, em primeiro lugar, o patrocínio do Estado que soube controlar politicamente a sociedade, afinal, “os imaginários sociais criam mecanismos mostrando ao indivíduo como ele deve se comportar na coletividade, instituindo normas, valores e maneiras de como se faz esse controle social” (CAVALCANTE, 2000, p. 88). Agindo como “porta voz das elites locais”, o Estado obteve deste segmento toda sustentação para efetuar o controle político da sociedade, principalmente através dos meios de comunicação, ocasião em que, não poucas vezes, lançaram a opinião pública contra certas instituições, especialmente contra a Igreja Católica local, utilizando por vezes argumentos aparentemente carentes de veracidade. O problema da falta com a verdade, no entanto, nem sempre parece ser uma preocupação para os agentes políticos e boa parte de homens públicos de todas as esferas. Segundo o chamado “pai da política moderna”, referindo-se a possíveis louvores ou críticas a que o Príncipe sempre estaria sujeito, “não deverá preocupar-se com a prática notória daqueles vícios sem os quais é difícil salvar o Estado; isto porque, se se refletir bem, será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar” (MAQUIAVEL, 1999, p. 44-45).

As elites, pelas razões já explicitadas, não têm demonstrado sintonia com o pensamento religioso, especialmente no que tange ao pensamento católico atual. Os interesses aumentaram com a importância atribuída à Amazônia. Com isto, as ações da Igreja Católica, inspiradas nas decisões do II Encontro do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), ocorrido em Medellín (1968), passaram a ser um dos problemas a ser enfrentado. Para isto,

no aspecto representacional, a imprensa tem tido um papel muito importante nas estratégias utilizadas para tal enfrentamento. “A influência dos imaginários sociais sobre as mentalidades dependem em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão” (BACKZO, 1985, p. 313). Cientes da importância que assume a posse dos meios de comunicação de massa, os parlamentares roraimenses do Congresso Nacional, com raríssimas exceções, não tiveram qualquer interesse em facilitar, junto às Casas Políticas, a aquisição de uma estação de rádio pela Diocese de Roraima.

Não é, no entanto, a radiodifusão que me proponho exemplificar neste ensaio. Minha opção é pela imprensa escrita. Ao analisar os periódicos locais, percebo as manifestações do imaginário, até mesmo nas fotografias publicadas e nas manchetes. Para o leitor sem acesso aos jornais, basta passar em qualquer banca de jornal para ler as manchetes em destaque, muito embora a notícia nem sempre seja exatamente o que está na estampa de tais manchetes, o que não deixa de ter seu valor histórico, dentro de um imaginário devidamente trabalhado. “O discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade” (ORLANDI, 1993, p. 33).

Um dos exemplos significativos da utilização da imprensa escrita na articulação do imaginário ao qual me refiro, tem sido o trabalho da imagem de lideranças indígenas. No contexto da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, especialmente no período imediatamente posterior às manifestações de protesto dos fazendeiros e agricultores,⁴ o periódico roraimense *Brasil Norte* que, aparentemente, mantém uma estreita sintonia com o governo do Estado, passou a promover uma imagem positiva do índio Gilberto Makuxi, ex-aliado da Igreja Católica e do Conselho Indígena de Roraima (CIR), entidade da qual saiu por divergência com as demais lideranças, quando fundou a Associação Regional Indígena dos rios Kinô, Cotingo e Monte Roraima (ARIKON). A imagem passada aos leitores do referido jornal, era de um líder ativo, verdadeiro representante do povo *makuxi*, contrário à demarcação da Raposa Serra do Sol de forma contínua.

⁴ Após a publicação da Portaria nº 820/98, do Ministério da Justiça, nos últimos dias de 1998, que demarcou a Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, contrariando as expectativas do governo de Roraima e dos produtores rurais, grandes protestos foram organizados no Centro Cívico de Boa Vista, com grande participação do público que atendeu ao chamado dos arroseiros os quais distribuíram grande quantidade de arroz, gratuitamente, à população.

Seguidamente posicionava-se na imprensa escrita favoravelmente à demarcação de uma “reserva” indígena “em ilhas”,⁵ a fim de que os índios pudessem “viver em harmonia” com os não índios, na mesma região. À época, o líder indígena declarava o seguinte: “o que nós queremos é uma demarcação justa, que favoreça o nosso Estado e os pioneiros que contribuíram com o nosso desenvolvimento cultural (sic)” (BRASIL NORTE, 1999, p. 9).

O fragmento discursivo acima considerado é a reprodução de um eficiente trabalho ideológico das elites locais, em todos os níveis da sociedade, particularmente na instância do poder social. A expressão “favoreça o nosso Estado”, já sugere o favorecimento às classes dominantes. Estas serão as favorecidas (e mais ninguém, nem mesmo ele, o líder indígena aqui considerado). Os pioneiros, sobre os quais Gilberto Makuxi faz referência em sua fala, são os fazendeiros, que têm promovido, até com certo sucesso, a imagem de alguns *tuxauas*⁶ emergentes, alguns retirados dos próprios quadros do CIR. No entender desta liderança, portanto, a demarcação justa é aquela que tenderia a favorecer o Estado e os “pioneiros”. Ele (Makuxi) não sugeriu (falou) na ocasião “uma demarcação que favoreça os índios”.

Para os leitores, a fala deste sujeito representa o pensamento do índio. Não poucas vezes a grande mídia, durante os telejornais, dialoga com os periódicos roraimenses, repetindo manchetes, tais como a manchete publicada no jornal *Brasil Norte* dias após a demarcação da Terra Indígena em área contínua: “Raposas Serra do Sol: Índios voltam a defender uma demarcação em ilhas” (BRASIL NORTE, 1999, p. 3).⁷ À medida que uma liderança indígena propõe uma demarcação que atenda os interesses dos não índios, efetiva a própria exclusão. A mídia, portanto, leva o excluído a excluir-se. É um dos mecanismos geradores do apagamento do índio da identidade cultural nacional. Este processo de apagamento “tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se reproduz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes” (ORLANDI, 1990, p. 56).

Além da fala, aproveito um outro exemplo de manipulação imagética, articulada por um outro jornal diário local: em uma foto, o líder indígena Jonas

⁵ Neste tipo de demarcação, as áreas indígenas ficariam situadas dentro de áreas privadas, o que, certamente, iria atentar contra o trabalho de preservação da cultura indígena e o que é pior: ficariam as comunidades indígenas a mercê dos contra-valores, tais como, bebidas alcoólicas, prostituição, drogas, etc.

⁶ O *tuxaua* é a autoridade superior da maloca (aldeia).

⁷ Jamais os apresentadores ou os próprios jornalistas que escrevem a notícia ressaltam quem são os índios que não querem tal demarcação, ou qual o percentual de índios contrários ao referido processo.

Marcolino, *tuxaua* da maloca do Contão, ligado aos arroteiros que invadiram a Raposa Serra do Sol, aparece em primeiro plano, falando à reportagem sobre uma possível parcialidade por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI): “A Funai não está agindo com imparcialidade” (FOLHA DE BOA VISTA, 1999, p. 4). Em segundo plano, encontra-se um fazendeiro de grande influência na região. Evidencia-se aqui não a fala do índio, mas, a representação simbólica da fala do produtor rural, através das palavras do líder indígena. É mais uma forma de auto-exclusão.

A Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR), outra ONG indigenista, liderada em 1999 pelo *tuxaua* Lauro Barbosa, ocupou, também, algum espaço na imprensa local, falando por algumas comunidades indígenas, dando sua parcela de colaboração com a idéia favorável aos objetivos governamentais, contribuindo desta forma para a legitimação do discurso do Estado.

Além da ARIKON e da SODIUR, há uma outra organização indígena, a Associação dos Povos Indígenas de Roraima (APIR). Esta organização aparenta uma posição favorável à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, posição esta não muito bem explícita e conta em seus quadros com duas lideranças indígenas que, durante a década de 90 do século XX estiveram na luta contra os invasores da Raposa Serra do Sol. Refiro-me aos irmãos Jerônimo e José Adalberto Pereira da Silva, atores políticos que deixaram o CIR, ao que parece por terem perdido espaço político na organização, uma vez que eram mais susceptíveis ao diálogo com os políticos do Estado e as demais forças contrárias a demarcação da Terra Indígena em área contínua.

Neste contexto de luta pela reconquista da terra, tem se destacado uma grande liderança indígena. Refiro-me ao ex-*tuxaua* da maloca Maturuca e coordenador do CIR, Jacir José de Souza, que tem percorrido as instâncias políticas e jurídicas, nacionais e internacionais, no sentido de chamar a atenção, não só para a demarcação da Raposa Serra do Sol em área contínua, mas para a retirada dos invasores.

Uma outra liderança indígena tem se destacado em favor da demarcação da Terra Indígena proposta pelo CIR. Refiro-me à advogada indígena da etnia *wapichana*, Joenia Wapichana, que tem percorrido os organismos internacionais em busca de apoio. Em 2007 participou da 6ª Sessão do Fórum Permanente da ONU para Assuntos Indígenas, em Nova York, evento este ocorrido entre 14 e 25 de maio de 2007. “Mencionou o caso emblemático da TI Raposa Serra do Sol de Roraima, chamando a atenção para a responsabilidade do Estado - que vai além do registro das terras. Lembrou que o caso recebeu recentemente a

confirmação de medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA” (CIR, 2007).

Entre os atores políticos contrários à demarcação das Terras Indígenas, destacam-se Paulo César Quartiero, proprietário da Fazenda Depósito e Luiz Faccio, proprietário da Fazenda Guanabara, ambos arroteiros. O primeiro é prefeito da cidade de Pacaraima, sob o qual paira acusação de ser o mandante da invasão e destruição da antiga Missão Surumu.

Faltando quatro dias para começar a festa da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol, cerca de 150 homens encapuzados e armados com revólveres, espingardas, facões e pedaços de pau, invadiram e tocaram fogo, nesta madrugada [17 de julho de 2005], no Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, antiga Missão Surumu, a cerca de 230 quilômetros de Boa Vista. Segundo informações colhidas por uma equipe do Conselho Indígena de Roraima – CIR, que esteve no local hoje pela manhã, o vandalismo foi coordenado, supostamente, pelo vice-prefeito de Pacaraima, Anísio Pedrosa, e pelo vereador do município e tuxaua da aldeia Contão, Genilvaldo Macuxi. Os dois são ligados ao prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, maior produtor de arroz da região (CIR, 2005).

Em janeiro de 2004 a missão já fora invadida e depredada pelo mesmo grupo que, supostamente, fora comandado por Quartiero. “Em 2004, três missionários foram seqüestrados [os padres Ronildo França e César Avellaneda e o Ir. João Carlos Martinez] e, mesmo a Polícia Federal tendo indiciado arroteiros e líderes indígenas, até hoje ninguém foi punido” (CIR, 2005). Na missão funcionam escola e hospital que atendem as aldeias da região.

Conforme citado anteriormente, em janeiro de 1999, grandes manifestações foram organizadas pelos rizicultores no Centro Cívico de Boa Vista, oportunidade em que a Igreja Católica foi muito criticada pela classe produtora de Roraima, presente no evento. “Naquela ocasião, um dos palestrantes [Luiz Faccio], ao enunciar os culpados pelo caos da produção rural, apontou para a Catedral do Cristo Redentor e disse: *“Os culpados estão lá. É de lá que saem as idéias de demarcação de terra para índio”*” (BURGARDT, 2002, p. 18).

Nesta busca da legitimação do poder através das imagens o Estado tem tido certo sucesso. O próprio governador Neudo Campos já teve sua imagem divulgada na ocasião em que distribuía gado em algumas malocas, período que antecedeu a campanha eleitoral em que acabou sendo reeleito como governador de Roraima. A manchete estava em destaque no jornal: “Governo entrega gado nas malocas indígenas”. Logo em seguida o complemento: “São 60 novilhas e três reprodutores distribuídos pelo governo em cada comunidade” (BRASIL NORTE, 1998, p. 9). Aparentemente, pode-se associar

a imagem do governador à imagem de uma pessoa virtuosa, aliás, o que o povo na verdade espera da pessoa dos governantes. Segundo Maquiavel, no entanto, não é necessário que um príncipe tenha todas as qualidades, “mas, é necessário que as aparente todas. Ousaria mesmo afirmar que possui-las todas, e sempre as observar, chega a ser perigoso, mas a aparência de possui-las todas é útil” (MAQUIAVEL, 1999, 49). Perante a opinião pública, não resta dúvida quanto ao impacto positivo da política governamental em relação aos índios.

A iniciativa de distribuir gado aos índios da Raposa Serra do Sol foi da Igreja Católica na década de 70 do século XX, na campanha denominada “uma vaca para o índio”⁸. As ações da instituição eclesiástica, no entanto, confundem-se com as ações das ONGs internacionais, tornando-se o mote para a mídia, fomentada pelas elites roraimenses, incluir a Igreja no universo das entidades que poderiam estar envolvidas no já referido processo de internacionalização da Amazônia. A atitude do governador, no entanto, na ocasião da distribuição do gado, foi vista de forma diferente disto e, como ação política não deixou, certamente, de ter um resultado positivo em sua campanha, afinal, não era uma ONG a distribuir o gado, mas o principal homem público do Estado, sobre o qual não se poderiam esperar atitudes entreguistas. “Este tipo de estratagemas só pode funcionar porque conta com aquela disposição dos súditos para acreditar” (MIGUEL, 2007, p. 35). Não importa ao povo, portanto, questionar a idoneidade do agente político.

Com relação à problemática da presença das ONGs no norte do Brasil, lembro que tal questão está relacionada à *retórica* da “soberania nacional”, onde o argumento conspirativo da “internacionalização da Amazônia” ocupa um espaço muito significativo nos periódicos roraimenses e nos constantes alertas de políticos nacionalistas e militares. Ao utilizar a palavra *retórica*, não a utilizo no sentido que muitas vezes é utilizada no senso comum (conversa fiada), mas, como no dizer de Halliday, “ação persuasiva, no sentido estrito, visando surtir determinados efeitos” (1988, p. 130). Estas estratégias retóricas, chamadas de *inclusivismo cultural* (GILROY, 2001, p. 36), reforçam as idéias de nação, nacionalidade, filiação nacional e nacionalismo. Tais aspectos culturais ocupam lugar de destaque no imaginário roraimense, reflexo de uma grande influência das Forças Armadas, cujas marcas firmaram-se ao longo dos processos de ocupação e colonização do território, tendo como marco inicial a construção do Forte São Joaquim (1775) próximo à confluência dos rios Uraricoera e Tacutú, marcas estas que perduram até os dias atuais, onde os políticos não

⁸ Cf depoimento pessoal e oral do Pe Lírio Girardi, esta campanha desenvolveu-se nos países europeus, por iniciativa do Cardeal Tonini, da Diocese de Ravena-Itália, ocasião em que cada pessoa ou grupo de pessoas doava à Igreja a quantia em dinheiro equivalente ao preço de uma vaca, o que foi repassado à Diocese de Roraima que, adquiriu o gado e distribuiu às malocas.

dispensam a tutela da força federal, sempre que há qualquer ameaça à “propriedade” e às “instituições”.

O alerta sobre uma possível intervenção estrangeira, portanto, é o grande ingrediente retórico presente na argumentação das elites roraimenses, dos atores políticos sobre os quais já me referi e membros das Forças Armadas, inspirando desta forma uma conjugação de esforços para impedir de todas as formas as ações do governo federal no sentido de demarcar Terras Indígenas, consubstanciando-se assim certa ambigüidade institucional, uma vez que se percebe uma clara resistência de instituições federais a projetos do governo federal amparados na Lei Maior, ou seja, resistência ao cumprimento da Constituição Federal. Tais resistências sugerem atitudes semelhantes por parte de agentes e instituições privadas que, ao terem seus interesses contrariados pela lei, agem acima desta, criando um poder paralelo à margem da Norma Legal. Conforme se percebe nos periódicos locais o grande perigo são as ONGs, especialmente as estrangeiras que, segundo faz-se circular no senso comum, pretendem entregar a região aos países ricos, como se percebe cotidianamente no discurso da tão falada “internacionalização da Amazônia”, “obsessão que ocorre de modo intermitente na história da região” (SOUBLIN, 2003, p. 273).

O fortalecimento do sentimento nacionalista faz sentido. A ideologia do nacionalismo tem sido muito bem inculcada no brasileiro e, como já ressaltai, especialmente no amazônico, uma vez que este já está no contexto que “preocupa” o restante da sociedade brasileira. Não faltam idéias-forças para sustentar tal ideologia: *manutenção das fronteiras* (embora o Brasil não tenha qualquer pendência fronteiriça), *ocupação dos espaços vazios* (neste argumento o índio não existe), *ocupação das últimas fronteiras agrícolas* (aparentemente esta é a questão mais “preocupante”), entre outras idéias que acabam por se tornarem verdadeiros *atos retóricos*. Qualquer que seja a idéia a ser propagada, a mídia faz sua parte. Cabe à opinião pública, com toda a sofisticação científica hoje disponível, a tarefa de construir simbolicamente os mecanismos que fortalecem tais idéias. “Os governos fortes na sociedade de massas fizeram requintadamente “científica” a manufatura dessa drágea de irracionalismo, ministrada em doses maciças, consoante impõem as necessidades políticas” (BONAVIDES, 2000, p. 455).

Refletindo sobre as palavras do estudioso, percebo que não há como minimizar a importância política de alguns argumentos difundidos no cotidiano da população roraimense, pelo Estado ou pelas elites que o sustentam. São argumentos que fortalecem o poder da sociedade política, ao tempo em que unificam a sociedade em torno da idéias-forças, se tornando

óbices aos propósitos indígenas de autodeterminação⁹ e da própria demarcação de suas terras, além de dividi-los (os índios), conforme se evidencia quando se percebe a existência de diversas entidades indígenas, que vão sendo criadas sempre que um grupo ou uma liderança, inconformada, separa-se, consequência das próprias relações de poder dentro das diversas etnias. Tais relações justificam a existência de várias ONGs indigenistas, todas ligadas às elites locais e ao poder do Estado. Desta forma, por um lado o movimento indígena se torna cada vez mais dividido e, por outro, o Estado se sustenta no poder, mantendo as lideranças indígenas sob controle. Miguel, comentando a obra de Maquiavel, ressalta que o poder tem que ser preservado e não entregue a ninguém. “Ao contrário, a meta de toda ação política é ampliar o próprio poder em relação ao dos outros. É necessário reduzir o poder dos adversários: semear a discórdia nos territórios conquistados, enfraquecer os fortes e fortalecer os fracos – em suma, dividir para reinar” (MIGUEL, 2007, p. 20). Parece que os princípios do florentino fazem eco no Brasil setentrional.

Um exemplo, entre os vários que encontrei sobre a possível intervenção estrangeira, está em matéria atribuída ao Procurador-Geral do Estado de Roraima, no já citado periódico *Brasil Norte*, sob a manchete *Roraima - Terra Nossa!* “Os olhos do Mundo se voltam para o Brasil e, em especial, para as terras de sua Amazônia. A opinião pública mundial está sendo formada, no sentido de encontrar argumentos capazes de autorizar uma intervenção na Amazônia, seja a que pretexto for” (QUEIROZ, 1999, p. 10). Ora, tal argumento conspirativo, originado nos meios nacionalistas, que aparece, como no entender de Soublin, ciclicamente, causa os efeitos esperados pelo poder político, não só em Roraima, mas, no conjunto da sociedade brasileira, consequência da importância da ideologia nacionalista aliada à disposição do povo em acreditar nesta hipótese.

A meu ver, uma das respostas que abre espaço para se questionar tais argumentações se encontra na mitologia política e, entre muitos referenciais teóricos que têm apresentado trabalhos sobre a articulação dos mitos políticos, ressalto Girardet. Em fragmento discursivo bastante significativo, o autor apresenta pistas que podem responder aos apelos nacionalistas que ora se evidenciam neste contexto:

A coerência e a lógica do delírio paranóico vão ao encontro aqui da coerência e da lógica do discurso mitológico. A análise sociológica e a observação psiquiátrica tendem a confundir-se. E pouco importa, no caso, a qual desses dois modos de interpretação conviria mais particularmente apegar-se. Em relação à história, ambos concordam ao fazer o mito desempenhar o papel de

⁹ Entenda-se “autodeterminação” por gerenciamento de seus próprios negócios, sem a tutela governamental ou de ONGs.

um revelador. É talvez pelo exame desses sonhos que uma sociedade revela com mais segurança algumas de suas desordens e alguns de seus sofrimentos (GIRARDET, 1987, p. 57).

No caso específico do Brasil setentrional, a articulação de tal mito não deixa dúvida quanto a sua eficácia, resultado de um eficiente trabalho midiático, embasado no próprio discurso nacional, onde os apelos aos “valores pátrios” se consagram como verdadeiros pilares que sustentam uma ordem muito bem estruturada pelos agentes políticos que se sucedem no poder, mesmo que para tal, pelo que se pode perceber nos periódicos que sustentam o poder político, certo grau de hipocrisia se faça necessário para que o trabalho deste rico imaginário alcance os objetivos a serem alcançados.

Uma outra resposta que se pode apresentar a tais apelos nacionalistas, se encontra em uma outra obra sobre mitologia, onde há considerações sobre os mitos políticos modernos.

Siempre se ha descrito al mito como resultado de una actividad inconsciente y como un producto libre de la imaginación. Pero aquí nos encontramos con un mito elaborado de acuerdo con un plan. Los nuevos mitos políticos no surgen libremente, no son frutos silvestres de una imaginación exuberante. Son cosas artificiales, fabricadas por artifices muy expertos y habilidosos (CASSIRER, 1992, p. 335).

O chamado “mito da conspiração”, com o qual tenho relacionado esta questão em outros trabalhos, tem se caracterizado nos discursos de não poucas autoridades políticas e militares, causando certa paralisia na sociedade, ou seja, impede retoricamente que os agregados humanos percebam o que verdadeiramente está camuflado em tal ideologia. “Los mitos políticos hicieron lo mismo que la serpiente que trata de paralizar a sus víctimas antes de atacarlas. Los hombres fueron cayendo, víctimas de los mitos, sin ofrecer ninguna resistencia seria. Estaban vencidos y dominados antes de que se percataran de lo que había ocurrido (CASSIRER, 1992, p. 339).

Apresentei neste texto um estudo de caso, refletindo sobre a forma como se podem tirar vantagens da utilização política do imaginário se articulada com inteligência. Tal prática tem fortalecido o poder do Estado e o domínio das elites em Roraima sobre o conjunto da sociedade. “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras” (CHARTIER, 1990, p. 27).

Analisei apenas o papel do jornal no universo da mídia. Percebi, auscultando sobre o aparato midiático roraimense, que todo o trabalho desenvolvido pelo poder social só se fortalece com a ampla utilização dos

meios de comunicação de massa. Justifica-se, então, neste cenário, o fato de os principais meios de comunicação estarem nas mãos das elites ligadas ao latifúndio e aos políticos locais. “Na divulgação destes imaginários sociais, o poder procura exercer um controle muito forte na propagação das falas que os transmite através dos meios de divulgação, principalmente os meios de comunicação de massa, quando são controlados pelas instituições políticas e sociais” (CAVALCANTE, 2000, p. 88). Justifica-se, também, a dificuldade encontrada por outras instituições no propósito de adquirir um canal de rádio e/ou televisão.

Tal situação aqui analisada, ainda que de forma breve, não é própria apenas do norte do Brasil. O que muda são os atores e as estratégias. Faz parte de todo um contexto latino-americano, apenas mostrado aqui como um exemplo, visando chamar a atenção do público leitor interessado nos temas políticos, ressaltando o lado pragmático das ações do Estado quando este se vale de instrumentos que tem à disposição para, como sujeito de certa ordem, exercer um efetivo controle social e sustentar-se no poder, bem como sustentar os grupos sociais que o assujeitam.

Considerações Finais

Abordei neste ensaio, aspectos do representacional, do simbólico e do imaginário de Roraima. Não poderia deixar de ressaltar o trabalho da opinião pública na construção deste imaginário, considerando-a “a mais eficaz forma de presença indireta do corpo social na formação da vontade pública” (BONAVIDES, 2000, p. 449). Qualquer que seja o instrumento do representacional neste cenário, sugere uma polarização em dois pontos principais, tais sejam: a radicalização da idéia que não pode haver convívio dos índios com não índios e a mística que uma demarcação em área de fronteira poderia atentar contra a soberania nacional.

Todas as lideranças do CIR que optaram por um discurso menos radical em torno da questão da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, propondo uma solução política, como foi o caso dos líderes *makuxi* José Adalberto e Jerônimo, perderam espaço político na organização. Não havia, à época, uma clareza com relação à verdadeira posição do CIR, entidade ligada à Igreja Católica. Comentava-se em Roraima sobre suposto propósito de se criar uma Terra Indígena para que os índios fossem isolados da sociedade envolvente, como se procura divulgar em alguns meios de comunicação de Boa Vista, propósito este já descartado, uma vez que se verifica a existência de alguns projetos de desenvolvimento sustentável para a Raposa Serra do Sol,

projetos estes vistos com certo interesse pelo CIR, conforme verifiquei nos dias em que passei na maloca Maturuca.¹⁰

Um dos pontos nevrálgicos desta questão, colocado principalmente pela mídia roraimense, foi a instalação, a partir de 1999, de um Pelotão do Exército em Uiramutã, ex-corrupetela transformada em município, dentro da Terra Indígena. A posição dos missionários católicos com os quais obtive depoimentos para subsidiar minha pesquisa, nunca foi contrária a presença das Forças Armadas não só na Raposa Serra do Sol, como em qualquer outra Terra Indígena. O fato de a Igreja de Roraima e do CIR se oporem ao local da instalação do quartel parece ter sido o fato gerador das desconfianças em relação aos verdadeiros propósitos da instituição eclesiástica. O grande receio que se percebe nos membros do clero é com relação ao que (ou quem) vem “na esteira dos militares”.¹¹

Embasado no que apurei em minhas pesquisas, presumo que uma explicação sensata se possa encontrar em uma obra da própria Igreja de Roraima, onde se pode ler que “o trabalho junto aos índios, feito por outras organizações (igrejas, por exemplo) incomoda os órgãos do governo, preocupados em ver subversão em todos os lugares” (DIOCESE DE RORAIMA, 1990, p. 14). Tal incômodo causado pelos missionários católicos tende a explicar as manifestações hostis à Igreja Católica de Roraima ocorridas em Boa Vista durante o ano de 1999.

O silêncio das entidades defensoras da demarcação da Terra Indígena em área contínua sobre a questão do “isolamento do índio”, pode servir aos interesses dos que não querem a demarcação, uma vez que estes invocam o argumento da “soberania nacional” e do perigo da “internacionalização da Amazônia” e omitem os mecanismos constitucionais que impedem que qualquer área demarcada para os povos indígenas passe à propriedade de terceiros, uma vez que, no ato da demarcação tais áreas passam à propriedade da União, ou seja, manifesta-se de fato a soberania nacional, estando ou não na fronteira. A omissão dos mecanismos aqui considerados caracteriza a falta com a verdade por parte dos agentes do Estado, governamentais ou não. Não se quer com tal observação alegar que a demarcação prescindia de uma constante vigilância.

Se, por um lado, o argumento da soberania nacional tem fortalecido a política do Estado que, nos últimos três anos (a partir de 1999), tem evitado a

¹⁰ Maturuca é uma das principais malocas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada nas proximidades da fronteira do Brasil com a República Cooperativista da Guiana.

¹¹ Cf. Pe Lúrio Girardi, em depoimento oral para subsidiar a pesquisa visando a elaboração de meu pré-projeto para ingresso no doutorado.

demarcação da Raposa Serra do Sol, por outro, a capacidade articuladora das lideranças indígenas, apoiadas por movimentos nacionais e internacionais e nas leis do país, tem levado as comunidades indígenas favoráveis a uma demarcação da referida Terra Indígena em área contínua a lograrem êxitos em instâncias superiores da justiça, o que vem colocar em cheque a inteligência com que o Estado exercita o poder em sua ação política de controle social através da articulação do imaginário.

Mesmo com o poder e os mecanismos que têm a disposição, o Estado ainda não conseguiu lograr êxito em suas ações políticas visando impedir a demarcação da área indígena e, ao tempo em que sustenta as atividades dos invasores da Terra Indígena, age contra a Norma Jurídica vigente, a Constituição Federal do Brasil. Tal sociedade política ainda carece de “dispor corretamente as coisas de que se assume o encargo para conduzi-las e um fim conveniente” (FOUCAULT, 1993, p. 282).

Por vezes, o Estado roraimense aparenta ter seus aparelhos ideológicos e a sociedade sob controle, porém, as evidências assinalam que tal controle se apresenta frágil, uma vez que, apesar da inteligência com que utiliza os mecanismos imagéticos a seu favor, desenvolve ações políticas desconsiderando o Diploma Legal, o que tende a conspirar contra a eficácia de tais mecanismos.

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi demarcada em área contínua, vindo aumentar as tensões sociais. O fato de a sociedade política desconsiderar, por vezes, o Diploma Legal, mostra um pouco do “espírito público” de seus integrantes quando se trata de manterem-se no poder, mesmo que para tal implique a ultrapassagem dos limites da moral, afinal, “não é necessário que um príncipe tenha todas as qualidades, mas é necessário que as aparente todas” (MAQUIAVEL, 1999, p. 49). Justifica-se, portanto, a identificação destes atores políticos com o “grande ícone dos defensores do Estado” e considerado por muitos, o “pai da política moderna”. É lembrando o importante florentino que encerro este pequeno ensaio, ressaltando que o tema sugere desafios aos estudiosos de política e leitores em geral que têm interesse nas questões político-institucionais do Brasil.

Fontes Primárias

Folha de Boa Vista. Índios denunciam discriminação da Funai, 26 mar. 1999. Caderno de Política, p. 04.

Jornal Brasil Norte. Governo entrega gado nas malocas indígenas. Boa Vista, 02 abr. 1998. Caderno de Política, p. 09.

Jornal Brasil Norte. Raposa/Serra do Sol: 1998, o ano da demarcação da reserva. Boa Vista, 04 jan. 1999. Retrospectiva, p. 09.

Jornal Brasil Norte. Raposa Serra do Sol: Índios voltam a defender uma demarcação em ilhas. Boa Vista, 28 jan. 1999. Política, p. 03.

Referências Bibliográficas

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Editora Portuguesa, Casa da Moeda, vol 5, p. 296-332, 1985.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2000.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 out. 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

BURGARDT, Victor Hugo Veppo. Nação, identidade e terras indígenas no Brasil setentrional. In: **Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil**. Goiânia: Centro de Estudos Caribenhos (UFG), jul./dez. 2003, nº 7, vol IV, p. 89-111.

BURGARDT, Victor Hugo Veppo. Identidade, cultura e representação: um reestudo histórico da “terra dos makuxi”. In: Revista **Em Tempo de Histórias**, nº. 6, p. 1-23, 2002.

CASSIRER, Ernest. **El mito del Estado**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

CAVALCANTE, Maurina de H. O rádio e o imaginário social dos anos 60. In: **Revista Em Tempo de Histórias**. Brasília, UnB, v. I, n. 4, p. 87-97, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CIR. <http://www.cir.org.br/noticias.php?id=185>. **Homens encapuzados invadem e tocam fogo em Centro Indígena de Formação**. Notícias. 17 set. 2005. Acessado em 25 de abril de 2008.

CIR. <http://www.cir.org.br/noticias.php?id=432>. **Joênia Wapichana participa de Fórum Permanente da ONU**. Notícias. 22 mai. 2007. Acessado em 25 de abril de 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 27ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

DIOCESE de Roraima. **Índios de Roraima**. Boa Vista: Centro de Informação Diocese de Roraima, 1989.

DIOCESE de Roraima. **Índios e brancos em Roraima**. Boa Vista: Centro de Informação Diocese de Roraima, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1993.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. **Atos retóricos**. São Paulo: Editora Summus, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução de Sérgio Bath, 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. **O nascimento da política moderna**. Maquiavel, Utopia, Reforma. Brasília: Editora da UnB/FINATEC, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Terra à Vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Cortez Editora, 1990.

ORLANDI, Eni P. **O discurso fundador**. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Editora Pontes, 1993.

QUEIRÓZ, Luciano. Amazônia, terra nossa! **Jornal Brasil Norte**. Boa Vista, 28 mar. 1999. Política, p. 10.

SÉRGIO, Pablo. Questão indígena: harmonia disfarçada. **Folha de Boa Vista**, 19 jan. 1999, Opinião, p. 02.

SOUBLIN, Jean. **História da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

Abstract: The present essay about the peculiarities of the work developed by the power of the State of Roraima in the sense of maintaining the society under his control, in a context where the interests that are put under the mantle of the demarcation of the Earth Indigenous Fox Saw of the Sun are several and, not always the actions political of government demonstrate be effective in the exercise of such a control. The appeals in means of mass communications, therefore, they are constituted in the main instrument to service of the State, occasion in that the articulation of discursive strategies and the domain of the imaginary social sustain the political actions and they strengthen the groups that, in a certain way, they dominate the state apparatus.

Key Words: State, politics, imaginary, Indians, social control.

Victor Hugo Veppo Burgardt
e-mail: burgardt.vhv@gmail.com

Artigo recebido em julho de 2008
Aprovado em setembro de 2008